

A IMPORTÂNCIA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO ENFRENTAMENTO À CRISE ECOLÓGICA: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE ARACATI/CE

THE IMPORTANCE OF TRADITIONAL TERRITORIES IN THE CONFRONTATION OF THE ECOLOGICAL CRISIS: THE CASE OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF CUMBE ARACATI/CE

LA IMPORTÂNCIA DE LOS TERRITÓRIOS TRADICIONALES PARA AFRONTAR LA CRISIS ECOLÓGICA: EL CASO DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE CUMBE ARACATI/CE

Ariel Rocha Nóbrega de Castro
Universidade Estadual do Ceará
arielrnc@gmail.com

Camila Dutra do Santos
Universidade Estadual do Ceará
camila.dutra@uece.br

Resumo:

O artigo objetiva refletir sobre a importância das comunidades tradicionais para a desaceleração da crise ecológica mundial. Enquanto metodologia, realizamos pesquisas bibliográficas sobre os principais, conceitos e temas trabalhados: dicotomia ser humano x natureza, crise ecológica mundial, apropriação capitalista da natureza, falha metabólica ser humano/natureza, recurso, mercadoria, bem comum, território, rationalidades econômica e ambiental. Ademais, foi necessário a pesquisa de campo corporizada no Quilombo do Cumbe, nos permitindo aplicar entrevistas e oficinas de cartografia social, possibilitando a obtenção dos dados empíricos. A realização da pesquisa possibilitou a compreensão da importância das comunidades tradicionais na conservação dos bens naturais e, consequentemente, no combate à crise ecológica.

Palavras-chave: Dicotomia ser humano X natureza, crise ecológica mundial, apropriação capitalista da natureza, comuns.



Abstract:

The paper aims to reflect on the importance of traditional communities in slowing down the global ecological crisis. As methodology, we conducted bibliographical research on the main concepts and themes worked on: human being vs. nature dichotomy, global ecological crisis, capitalist appropriation of nature, human/nature metabolic failure, resource, commodity, common good, territory, economic and environmental rationalities. It was also necessary to conduct field research in the Quilombola Community of Cumbe, allowing us to apply interviews and social mapping workshops, enabling us to obtain empirical data. The research made it possible to understand the importance of traditional communities in the conservation of natural resources and, consequently, in combating the ecological crisis.

Keywords: Dichotomy human being x nature, global ecological crisis, capitalist appropriation of nature, commons.

Resumen:

El artículo pretende reflexionar sobre la importancia de las comunidades tradicionales para frenar la crisis ecológica global. Como metodología, realizamos una investigación bibliográfica sobre los principales conceptos y temas trabajados: dicotomía ser humano x naturaleza, crisis ecológica global, apropiación capitalista de la naturaleza, falla metabólica ser humano/naturaleza, recurso, mercancía, bien común, territorio, racionalidades económicas y ambientales. También fue necesario realizar una investigación de campo en la Comunidad Quilombola de Cumbe, lo que permitió realizar entrevistas y talleres de cartografía social, posibilitando la obtención de datos empíricos. La realización de la investigación permitió comprender la importancia de las comunidades tradicionales en la conservación de los recursos naturales y, en consecuencia, en el combate a la crisis ecológica.

Palabras-clave: Dicotomía ser humano vs. naturaleza, crisis ecológica global, apropiación capitalista de la naturaleza, comunes.

Introdução

A relação da humanidade com a natureza é pautada, hegemonicamente, no modelo capitalista, envolto em uma racionalidade econômica, que segundo Leff (2006 e 2021), tudo resume à dimensão econômica gerando a devastação de ambientes e dos seus respectivos bens naturais (terra, água, florestas, biodiversidade, etc.) em todo o mundo, e nos levando a uma crise ecológica mundial como explica Marques (2018 e 2023). No entanto, Leff (2006 e 2015) explica que os povos e comunidades tradicionais desenvolvem uma racionalidade ambiental que se contrapõe à racionalidade hegemônica, dando continuidade/criando uma relação ser humano/natureza mais condizente com a manutenção do equilíbrio metabólico entre o ser humano e a natureza não humana.

Neste artigo¹, debateremos a importância das comunidades tradicionais no combate à crise ecológica mundial. Este debate se faz necessário devido à urgência de mudanças radicais na forma predominante da humanidade relacionar-se com os bens naturais. Pois conforme Marques (2018 e 2023) o modo de produção capitalista ignora o fato de os bens naturais serem finitos, levando a uma superexploração destes que antagoniza com a conservação da biosfera. Isto vem gerando grande degradação do ecossistema global, resultando na emergência climática, extinção em massa de espécies, aquecimento global, fome, entre outras consequências que nos levam

¹ Este trabalho é resultado de leituras e experiências realizadas para a elaboração da nossa dissertação já finalizada, e tese ainda em andamento. Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio e financiamento por meio das Bolsas de Mestrado e Doutorado acadêmico em Geografia.

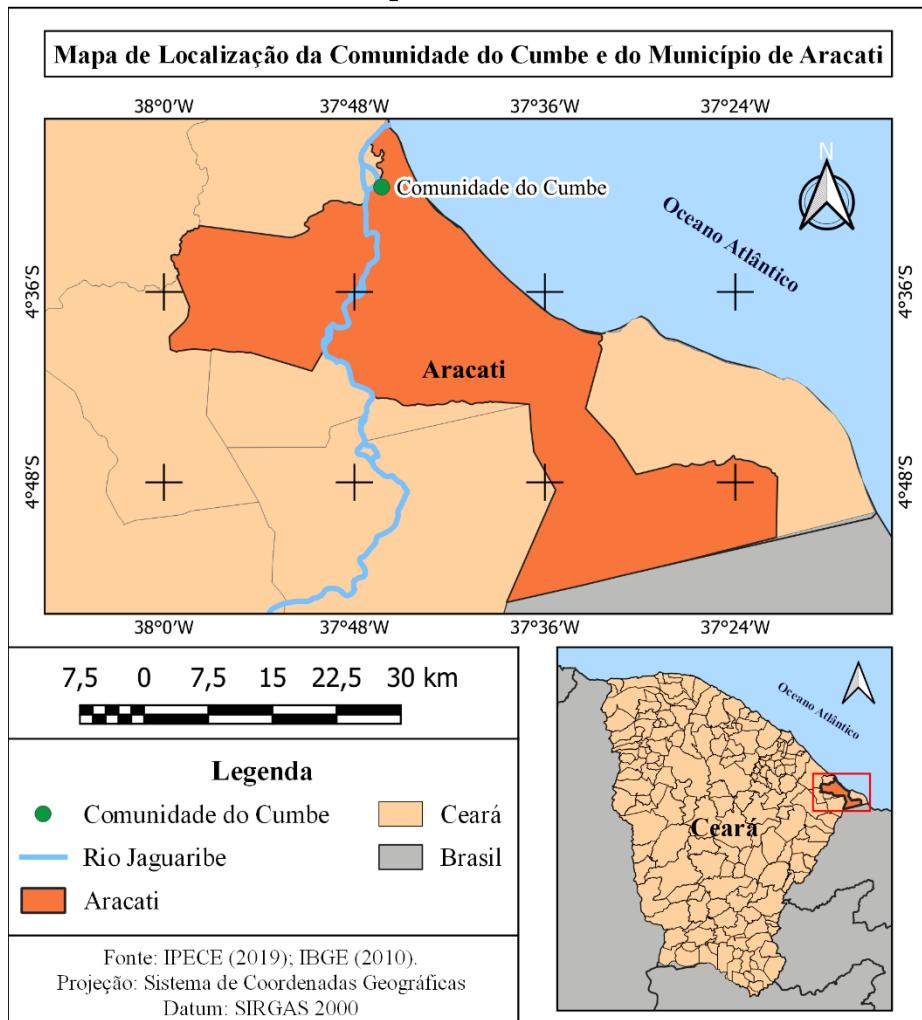
a duvidar da possibilidade de um futuro promissor para a humanidade e a vida no planeta.

Contudo, conforme as leituras de Alier (2017), Castro (2021), Leff (2006, 2015, e 2021), McKean e Ostrom (2001), Ostrom (1990), e Porto-Gonçalves (2017): os povos e comunidades tradicionais costumam relacionar-se com seus ecossistemas de uma forma diferente da capitalista, respeitando os limites físicos de cada ambiente.

Ainda segundo os referidos autores, estes povos por estarem pautados em uma racionalidade ambiental, enxergarem seus bens naturais como comuns, e precisarem destes conservados para sobreviver, não só desenvolvem saberes que contribuem com a manutenção de seus ambientes, como lutam pela conservação destes, resistindo a degradadora apropriação capitalista. Dito isto, acreditamos que os povos e comunidades tradicionais, contribuem para atenuar o avanço da crise ecológica.

Como exemplo de uma comunidade tradicional que resiste à apropriação capitalista de seu território evidenciaremos a comunidade Quilombola do Cumbe que se encontra no município de Aracati, localizado no litoral leste do estado do Ceará - Nordeste - Brasil, como podemos observar no mapa de localização (mapa 1). A comunidade se localiza na margem direita do Rio Jaguaribe (o maior rio do Ceará) e próximo ao estuário.

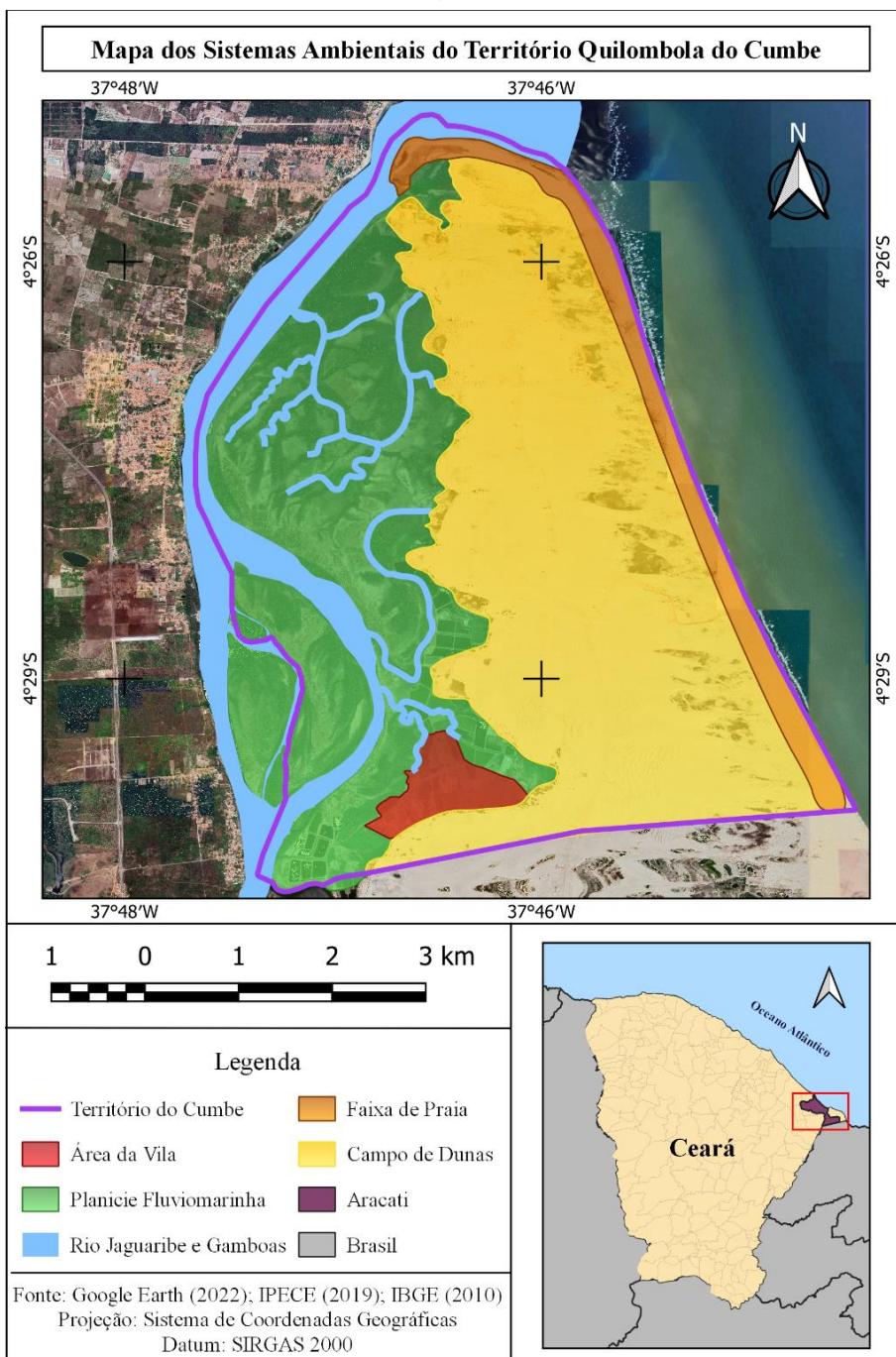
Mapa 1 - Mapa de Localização da Comunidade do Cumbe e do Município de Aracati - CE



Fonte: Autores, 2025.

Conforme Nascimento (2014), ao oeste da área povoada da comunidade encontramos o rio e a vegetação de manguezal, e a leste o campo de dunas móveis com suas respectivas lagoas interdunares. O território da comunidade agrupa os sistemas ambientais: planície fluvial, campo de dunas, e faixa de praia, como podemos observar no mapa 2.

Mapa 2 - Mapa dos Sistemas Ambientais do Território Quilombola do Cumbe



Fonte: Autores 2025

A comunidade quilombola do Cumbe, segundo Quilombo do Cumbe [s.d.], foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2014, contudo, ainda luta pela regularização e titularização de seu território quilombola. A comunidade é composta por 150 famílias (Nascimento, 2014), e dentre as principais atividades realizadas estão: a agricultura, a cata de caranguejo, a mariscagem, a pesca artesanal fluvial e marítima, o artesanato e o turismo comunitário.

A escolha do Quilombo do Cumbe como nosso recorte empírico se deve a múltiplos motivos, primeiro, pelo território da comunidade ser foco dos ataques dos empreendimentos capitalistas, dentre os principais temos: a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, a carcinicultura², e a usina eólica. Segundo, pelo fato de a comunidade resistir à apropriação capitalista dos bens naturais do seu território há anos, pois, segundo Nascimento (2014), desde a década de 1970 chegou um dos empreendimentos que viriam a degradar seu ambiente, a CAGECE, seguida da carcinicultura na década de 1990, e da usina eólica em 2008. E terceiro, por uma relação de confiança entre sujeitos e pesquisadores já estabelecida, pois realizamos atividades em parceria com a comunidade desde 2018.

Destarte, o principal objetivo deste artigo é discutir a relevância das comunidades tradicionais para a desaceleração da crise ecológica mundial. Os objetivos específicos são: discutir as consequências da apropriação capitalista da natureza; entender o que é a crise ecológica mundial e quais são seus efeitos; e elucidar

² Criação de camarão em tanques.

como as comunidades tradicionais contribuem para a conservação ambiental.

Procedimentos Metodológicos

Realizamos pesquisas bibliográficas em livros, artigos, monografias, teses e dissertações sobre os principais temas e conceitos que nos ajudariam a compreender o que seria a crise ecológica mundial e, a diferença entre a apropriação capitalista dos bens naturais e a forma que as comunidades tradicionais se apropriam destes. Dentre os conceitos estudados: a dicotomia ser humano x natureza (Porto-Gonçalves, 2014), a crise ecológica mundial (Leff, 2006; Marques, 2018 e 2023), a apropriação capitalista da natureza (Castro, 2021) e (Porto-Gonçalves, 2014), a falha metabólica entre ser humano e natureza (Foster, 2005; Saito, 2021), recurso (Porto-Gonçalves, 2014), mercadoria (Marx, 1987 e 2013), comuns (Ostrom, 1990), território (Haesbaert, 2019; Souza, 2016) racionalidades econômica e ambiental (Leff, 2006, 2015 e 2021), entre outros.

Ademais, foi feita uma pesquisa documental de notícias e relatórios internacionais produzidos por Organizações Não Governamentais - ONGs e agências mundiais como: UNESCO³, WMO⁴, IUCN⁵ e WWF⁶ que explicitassem os efeitos da crise ecológica no ambiente, trazendo dados, retratados em gráficos, tabelas e quadros, para com isso complementar nossa discussão da

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁴ Organização Meteorológica Mundial.

⁵ União Internacional para a Conservação da Natureza.

⁶ Fundo Mundial para a Natureza.

crise ecológica com dados numéricos sobre seus efeitos, exemplificando-os e explicitando a gravidade destes.

Além disso, utilizamos o conhecimento empírico adquirido durante nossas pesquisas de campo no Quilombo do Cumbe. Pesquisas que procuravam compreender a forma que os quilombolas enxergavam seus bens naturais, os conflitos ambientais existentes e as formas de resistência da comunidade em prol da defesa dos bens naturais de seu território. Como já apresentado, realizamos atividades junto a comunidade desde 2018, contudo nossa pesquisa de dissertação foi iniciada em 2019 e nossa tese foi iniciada em 2023, até atualmente (2025) mantemos contato constante com a comunidade.

É importante explicitar que a pesquisa foi realizada com os membros da comunidade que se reconhecem quilombolas. A chegada das empresas no território gerou divisão entre os comunitários formando duas associações, a Associação dos Moradores do Cumbe e Canavieira, cujos(as) associados(as) não se identificam como quilombolas e possuem concordância com a instalação dos grandes empreendimentos (carcinicultura e eólica), e a Associação Quilombola do Cumbe que reafirma sua identidade quilombola, discorda da entrada dessas empresas e luta contra a presença delas em seu território, defendendo a conservação dos bens naturais.

Criamos o “Diário de Campo” onde anotamos as principais informações obtidas nos trabalhos de campo, bem como registramos o conteúdo das entrevistas semiestruturadas feitas com os quilombolas sobre a relação da comunidade com o mangue, a terra, e a água em seu território, incluindo o mar, rio, gamboas (braços de rio), lagoas interdunares e córregos, e as resistências aos avanços do

capital. Vale ressaltar que para resguardar a identidade das pessoas entrevistadas, trocamos os nomes dos sujeitos da pesquisa por nomes de animais encontrados no território em questão.

Por fim, realizamos uma oficina de cartografia social, intitulada “Cartografia Social das Águas”, a qual nos permitiu reunir diversos dados para a pesquisa, especialmente sobre: a relação dos quilombolas com os corpos hídricos do seu território; o acesso a estes comuns; e as resistências para a manutenção deste acesso. Estes dados possibilitaram a criação de um conjunto de mapas sociais, com a utilização da técnica de geoprocessamento, dentre eles o “Mapa de Acesso aos corpos hídricos”, o qual será apresentado neste artigo.

A separação da natureza humana e não humana e a apropriação capitalista

A relação ser humano/natureza está em crise, conforme Porto-Gonçalves (2014) vivemos uma dicotomia entre ser humano e natureza, que, por mais que não seja total, é hegemônica. Parte considerável da humanidade acredita que ser humano e natureza são opostos, a ponto de crer que tanto os bens naturais, quanto os demais seres vivos, existem apenas para servir aos desígnios do ser humano. Esta visão não é resultado de uma evolução natural da compreensão humana sobre o ambiente, pelo contrário, é na verdade uma imposição.

Carvalho (2003) explica que o ser humano primitivo era tão uno com a natureza que nem mesmo precisava conceituá-la, mas com o passar do tempo, na sociedade antiga, as desigualdades sociais tornam-se cada vez mais preponderantes, levando a uma distinção

entre os lugares que cada ser humano deveria ocupar, surge a plebe, a aristocracia, os imperadores e os escravos.

Ainda com base em Carvalho (2003), aos que tinham o privilégio de chefiar era designada a cidade, não precisavam produzir, apenas administrar os que supostamente estariam “abaixo” destes, dissociando-se dos locais de produção e do contato direto com a natureza não humana. Aos seus subalternos foi escolhido o dever de produzir, a estes foram designados os campos e o contato direto com a natureza não humana, por intermediação do trabalho. Com base no autor supracitado, o surgimento da sociedade de classes aparta cada vez mais o ser humano dele próprio, e este da natureza, sendo um dos marcos da separação ser humano e natureza.

De acordo com Porto-Gonçalves (2014) e Bornheim (1985), inclusive no ocidente a visão dicotômica ser humano x natureza nem sempre existiu, os filósofos pré-socráticos acreditavam que tanto os seres animados quanto inanimados possuíam alma, não havendo assim uma distinção entre os seres vivos e os não vivos, menos ainda entre a natureza humana e não humana, inorgânica ou orgânica. Segundo Porto-Gonçalves (2014) e Marques (2018) somente com os filósofos pós-socráticos é que surge o privilégio do ser humano e das ideias sobre a natureza, passando a mesma a ser vista como alteridade, o não humano.

Com base em Porto-Gonçalves (2014), outro marco na separação ser humano e natureza é a idade média cristã, quando se passa a acreditar que o ser humano é a imagem e semelhança de Deus, e que este dotou o ser humano do direito de reinar sobre o planeta, podendo utilizar os demais seres vivos assim como os diversos bens naturais da forma que bem entender.

Por fim, um outro marco na separação entre ser humano e natureza é segundo Aráoz (2016) e Carvalho (2003), a época moderna na qual o modo de produção capitalista começa a se desenvolver e chega a se firmar como principal modo de produção, estabelecendo assim novas relações de convívio entre as pessoas e entre estas e a natureza. Conforme Marx (2013), para a consolidação do capitalismo, que surge no continente Europeu, foi necessária a acumulação primitiva do capital, o que resultou não só na tomada da terra, bem comum dos camponeses da Europa, por meio dos *enclosures*⁷ (cercamentos) que levaram a privatização da terra, mas levou inclusive à pilhagem e exploração dos comuns em todos os demais continentes para que a Europa acumulasse riqueza o bastante para promover a Revolução Industrial posteriormente.

Durante a acumulação primitiva do capital, por meio das grandes navegações e da colonização de diversos povos, junto às imposições da Europa moderna sobre os colonizados, a forma europeia de se relacionar com a natureza, foi difundida por todo o mundo. Por meio da espoliação de diversos povos, principalmente da América e África, a Europa passa a ser o centro do mundo e, consequentemente, sua visão de mundo torna-se hegemônica e com isso a forma de se relacionar com a natureza. Segundo Aráoz (2016, p. 455), “[...] a partir de então e até a atualidade a natureza vida, já relegada a sua condição de mero recurso, será pensada de modo linear, concebida e tratada como objeto de conquista e exploração a serviço da acumulação”.

⁷ Para mais informações sobre os enclosures ler: Foster (2005), Marx (2013), e Saito (2021).

Essa visão que subalterniza a natureza, resulta numa relação nociva com o ambiente⁸, afetando tanto a humanidade quanto aos demais seres vivos. Com uma sede econômica insaciável, impulsionada pela necessidade de acumulação capitalista, temos nos relacionado com o ambiente, principalmente, por meio do valor de troca, conduzindo-nos a uma apropriação capitalista da natureza, que nos leva a se relacionar com os bens naturais como recurso e mercadoria levando-nos a degradar diversos ambientes no planeta.

Justificados, de acordo com Leff (2006, 2021), por uma racionalidade econômica, criamos uma realidade hiper objetificada, em que apenas a dimensão econômica dos bens naturais é relevante, deixando suas demais funções: biológica, física, e simbólica, em segundo plano, vendo-os apenas como recurso e mercadoria, tudo se torna vazio de sentido, facilitando a apropriação capitalista. Relacionando as nossas leituras de Marx (1987) com as de Leff (2006, 2021), podemos compreender que a racionalidade econômica supervaloriza o valor de troca em detrimento do valor de uso⁹. Sendo preferível superexplorar os bens naturais para a produção de mercadorias, garantindo a acumulação contínua de capital, do que utilizá-los de forma consciente, como fazem os povos e comunidades tradicionais, ressaltando suas dimensões físicas, biológicas e simbólicas.

Veremos em nosso recorte espacial , que na comunidade do Cumbe, tanto a carcinicultura, quanto a CAGECE, embasadas na racionalidade econômica, exploram o bem natural água priorizando seu valor de troca/dimensão econômica, não levando em conta o

⁸ Nossa compreensão do ambiente é baseada nas discussões de Suertegaray (2021).

⁹ Para mais informações sobre valor ler: Marx (1987).

esgotamento desse bem ou da sua qualidade.

Conforme Castro (2021), para o capitalismo se apropriar da natureza, ele precisa transformá-la em recurso e/ou mercadoria, mas isto gera consequências. Quando algo é transformado em recurso, de acordo com Porto-Gonçalves (2014), se torna um simples meio de atingir um fim. No caso do capitalismo, esse recurso conduziria à geração de lucro, não importando as suas funções e as concepções para o ambiente, podendo levar a superexploração, poluição e até ao esgotamento.

Tornar um bem mercadoria também é um grande problema pois, conforme Marx (1987), isso é dotá-lo de um valor de troca, e, quando este bem ganha um valor de troca, Ribeiro (2008) explica que ele adquire uma característica excludente, gerando uma escassez relativa, além disso, o seu comprador poderá utilizá-lo como bem entender, permitindo a superexploração e poluição. Com a transformação da natureza em recurso e mercadoria, todos os bens naturais parecem apenas objetos/ferramentas para a acumulação capitalista, com uma produção no tempo do capital, resultando na superexploração/privatização e poluição dos bens naturais, não permitindo que eles se recuperem do uso do ser humano, levando, com base em Foster (2005), à falha metabólica entre ser humano e natureza.

A falha metabólica e a ascensão da crise ecológica

Com base no que lemos em Saito (2021), a troca metabólica, entre a natureza humana e não humana, existe desde o início da humanidade. Essa troca entre ser humano e o seu ambiente é intermediada pelo trabalho, porém isso varia no decorrer da história.

Conforme Freitas, Nélisis e Nunes (2012) e Suertegaray (2021), a falha metabólica ocorre a partir do momento em que o ser humano começa a se relacionar com a natureza (humana e não humana) prioritariamente através do valor de troca, ao invés do valor de uso, levando a uma alienação do ser humano com o seu trabalho e do próprio ser humano ante ele mesmo. Criando uma relação apenas de retirada dos bens naturais em prol da acumulação, não fornecendo o tempo necessário para que a natureza se recupere, fraturando a troca metabólica entre a natureza humana e não humana.

Essa quebra no metabolismo entre ser humano e natureza, ocorrida em larga escala, graças à dominação e imposição do modo de produção capitalista aos diversos povos de nosso planeta, está diretamente relacionada ao processo de crise ecológica mundial que vivemos, pois, conforme Foster (2005), ela viola as condições de sustentabilidade impostas pelas leis naturais.

Com base em Leff (2006, e 2021), a crise ecológica mundial seria uma crise civilizatória, ou seja, uma crise do centralismo econômico; do crescimento “ilimitado” da economia; da separação ser humano e natureza; da apropriação capitalista dos bens naturais; do desenvolvimento de tecnologias com a finalidade de dominação da natureza; enfim uma crise dos modos de manifestação da humanidade frente ao curso da vida no planeta, ultrapassando a resiliência do planeta e causando a degradação ambiental. Ela é um marco e ao mesmo tempo um efeito do limite alcançado pela realização da acumulação capitalista.

A crise ecológica, do mesmo modo, pode ser vista como um alarme para a precisão de uma mudança premente da nossa forma de racionalizar e se relacionar com o mundo.

A crise ambiental coloca a necessidade de dar bases de sustentabilidade ao processo econômico, procurando controlar e reverter os custos ecológicos dos padrões de produção e consumo, e seus efeitos na deterioração ambiental e na qualidade de vida das maiorias (Leff, 2006, p. 406).

Conforme Marques (2023), a crise ecológica mundial, da mesma forma, seria um processo, possuindo assim diversos estágios de agravamento. Com o passar do tempo, a crise ecológica vem chegando a estágios cada vez mais graves e de mais difícil reversão, uma vez que seguimos mantendo a mesma racionalidade degradadora e o mesmo nível de exploração da natureza (ou pior). A reversão se torna cada vez mais difícil porque a crise se retroalimenta, por exemplo: quanto mais a vegetação planetária é devastada, mais intenso se torna o aquecimento global¹⁰ quanto mais seco e aquecido o planeta, maior a possibilidade de incêndios florestais, levando a um aumento das áreas desmatadas que conduzem a um maior aquecimento planetário; assim é criado um efeito bola de neve de uma amplitude e intensidade cada vez maior.

Portanto, nos baseando na leitura de Leff (2006, 2021) e de Marques (2023), podemos definir a crise ecológica mundial como: um processo de crise civilizatória da relação que temos atualmente com a natureza, que marca o limite da capacidade de recuperação de nosso planeta, e chama atenção para a necessidade da modificação

¹⁰ As plantas por meio da transpiração vegetal têm mecanismos de regulação térmica.

da forma hegemônica de nos relacionarmos com esse, trazendo a importância de uma conexão mais ajustada aos limites da resiliência planetária e cabível à manutenção da biosfera, pois os efeitos da crise ameaçam a vida no planeta.

Dentre os inúmeros efeitos da crise ecológica, podemos exemplificar alguns. Um deles é a degradação de florestas. Conforme Marques (2018, 2023), desde o final da glaciação 45% das terras emersas do planeta eram cobertas por florestas, que somavam em torno de 60 milhões de km², em 2010 apenas 15% dessa área original permanece intacta, 55% se encontram em diferentes estágios de degradação e/ou fragmentação, e 30% foi totalmente devastada, dentre os 30% totalmente devastado mais da metade ocorreu no período dos anos 1800 até 2010.

Outro efeito da crise está relacionado ao acesso à água, a qual, há tempos, vem sendo transformada em mercadoria, privatizada, concentrada e poluída. Com base no World Water Development Report (2014), em torno de 40% da população mundial, em 2050, viverá em locais com um grave estresse hídrico. Segundo Marques (2018), a estimativa supracitada é otimista, visto que o mercado costuma ser inescrupuloso e demanda uma extração cada vez maior da água contida nos corpos hídricos que, muitas vezes, abastecem populações em variados locais ao redor do globo. Com base no autor, 36 países já enfrentam níveis extremos de estresse hídrico sendo que, nestes países, 80% de sua água é consumida por empreendimentos agrícolas, industriais ou pelo uso doméstico nas cidades, deixando inúmeras comunidades rurais e segmentos mais pobres da sociedade expostos a possibilidade de escassez hídrica.

Mais um grande efeito da crise, segundo Marques (2018),

seria o aquecimento global. O autor explica que o aumento paulatino da temperatura do planeta em uma escala geológica de tempo é natural, mas esse efeito vem sendo acelerado a ponto de ocorrer mudanças drásticas da temperatura, em uma escala humana de tempo. Isso ocorre, ainda com base em Marques (2018), devido às inúmeras ações para atender a acumulação capitalista, como a queima de combustíveis fósseis e a implantação de grandes criações de gado, emitindo gases estufa, chamados GEE. Mas não só isso, aqui podemos incluir desmatamento gerando a devastação de florestas, e a poluição oceânica levando a mortandade de algas que, para a realização da fotossíntese, absorvem CO₂, um dos GEE. Esse aumento acelerado da temperatura, que pode ser percebido em séculos e até em décadas, não permite que os seres vivos se adaptem a essas mudanças, ameaçando, portanto, a vida de diversas espécies no planeta, inclusive a humana, caso a temperatura continue a subir.

A World Meteorological Organization (2024) relata que a média de temperatura em 2023 foi de 1.45 C°, acima da média dos anos 1850 a 1900. Ademais, 2023 foi o ano mais quente dos 173 anos registrados (1850 a 2023), suplantando os anos mais quentes anteriores, como 2016 com 1.29° e 2020 com 1.26°, acima da média de 1850 a 1900.

Segundo Marques (2018), a erosão genética é outro efeito da crise. O capital vem fazendo ataques gravíssimos à biodiversidade do nosso planeta, de modo que várias espécies vegetais e animais vêm sendo extintas ou tornando-se vulneráveis à extinção. O desaparecimento ou a diminuição do número de indivíduos dessas espécies afeta o equilíbrio dos diversos ecossistemas do nosso planeta.

Conforme a lista vermelha, disponibilizada pela IUCN (2024), de 157.190 espécies avaliadas, 44.000 (28%) estão ameaçadas de extinção. Dos anfíbios avaliados, 41% estão ameaçados de extinção, 26% dos mamíferos, 34% das coníferas¹¹, 12% das aves, 37% dos tubarões e arraias, 21% dos répteis, 36% das espécies de corais, 28% dos crustáceos, e 70% das cicadáceas¹².

Esses são apenas alguns dos efeitos da crise ecológica, soma-se ainda a erosão dos solos, a insegurança alimentar, a produção de lixo, a poluição, as diversas mudanças climáticas, a possibilidade de aumento do nível do mar, dentre outros, que afeta o equilíbrio do nosso planeta e a continuidade das diversas espécies, incluindo a espécie humana. Tudo isso causado pela apropriação capitalista da natureza em prol da acumulação de capital que cresce desenfreadamente.

Territórios tradicionais e esperança

Por mais que o capitalismo tenha se disseminado no mundo, tornando-se hegemônico, parte da humanidade consegue escapar parcialmente da forma capitalista de se apropriar da natureza, e se relaciona com ela de uma forma sustentável. Nos referimos aos povos e comunidades tradicionais que com base em Brasil (2007) e Brasil (2014) são: grupos diferenciados culturalmente que ocupam um território específico no qual se reconhecem identitariamente, com origem e vínculos históricos ligados a ele, possuindo técnicas e práticas culturais concebidas especificamente para o ecossistema do seu território, usando os bens naturais no seu bojo para sua

¹¹ Plantas caracterizadas por formato em cone que produzem pinhas.

¹² Família específica de plantas com folhas semelhantes as palmeiras.

reprodução econômica, cultural, social e ancestral. Estes povos ao invés de se apropriar da natureza de uma forma capitalista, costumam se apropriar dos bens naturais como comuns, levando a conservação desses e, consequentemente, atenuando o avanço da crise ecológica.

Obviamente os povos e comunidades tradicionais só conseguem tratar os bens naturais como comuns por que têm acesso a seus territórios de vida¹³ e este fato fornece a eles a autonomia que necessitam para isso. Conforme Haesbaert (2019) e Souza (2016), território e poder estão ligados profundamente, afinal aquele só pode ser concebido de forma concreta com o auxílio da compreensão de poder, da mesma forma o poder tem limites espaciais, portanto só pode ser exercido por meio de um território.

Desta forma é importante entendermos que os territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais significam autonomia e liberdade, pois contêm seus bens naturais, memórias, e identidade, permitindo uma autogestão, mesmo que muitas vezes parcial, das suas vidas e destes bens (que costumam ser tratados como comuns), fazendo com que aquele povo não se obrigue a viver sob os moldes do modo de produção capitalista, mesmo que seja inevitável ser influenciado por ele em algum nível, afinal o capitalismo é hegemônico e global.

Conforme Leff (2016, p.444), o território é “(...) uma condição para a sobrevivência dos povos: é o espaço de vida necessário para recriar seus modos de vida, para reinventar suas identidades, desenvolver seu ser cultural e vislumbrar seus próprios horizontes

¹³ Para melhor compreensão sobre territórios de vida ler: Leff (2016).

de vida". Após compreendermos a importância do território para as comunidades tradicionais, precisamos entender o que seria essa forma não capitalista de apropriação, portanto, o que seriam os comuns?

Grzybowski (2014, s/p) explica que os grupos humanos tratam como comuns, bens os quais seu compartilhamento é indispensável, mas que ao mesmo tempo devem ser utilizados com consciência para sua consequente manutenção. O direito de todos que usufruem de determinado comum é intrínseco à sua responsabilidade de mantê-lo em um bom estado para o usufruto de todos, por isso, segundo Svampa (2016), é necessário manter os comuns fora do mercado. Com base nas leituras de Ostrom (1990) e Feeny et al. (2001), é importante esclarecermos que os comuns não são bens livres (os quais não teriam regras para seu uso), pois o uso dos comuns sempre está atrelado a regras criadas pelos que usufruem deles, de modo a sempre mantê-los conservados.

Ostrom (1990) e McKean e Ostrom (2001) com base em pesquisas realizadas em comunidade tradicionais ao redor do mundo, notaram a existência de algumas características da gestão dos comuns que eram intrínsecas a todas elas, como: haver regras com o objetivo de manter a conservação do comum específico; a existência de fronteiras para impedir que novos indivíduos descumprem as regras estabelecidas e prejudiquem a manutenção do comum; condições para que o indivíduo que queira fazer usufruto do comum ingresse no grupo de usuários, como por exemplo seguir as regras estabelecidas do usufruto; a viabilidade dos usuários terem voz para modificarem as regras do uso do comum; e métodos para a resolução de pequenos conflitos entre os usuários; dentre outras

características.

Se um bem é visto como comum, a prioridade não é utilizá-lo para gerar lucro, mas sim haver uma distribuição equitativa para cada usuário e não prejudicial a sua manutenção. Desta forma, conceber bens naturais como comuns é incompatível com a acumulação capitalista, a mesma que gerou a crise ecológica na qual vivemos. Além disso, Leff (2006, 2015, 2021) explica que as comunidades tradicionais estão pautadas em uma racionalidade ambiental, que considera: a importância dos bens naturais para a manutenção da vida daquele ambiente (dimensão biológica); os limites físicos de cada bem (dimensão física); e a importância desses na cultura e nas crenças dos povos (dimensão simbólica). A racionalidade econômica (hegemônica) prioriza a dimensão econômica dos bens naturais e negligência as demais dimensões.

Logicamente, sabemos que a realidade não é utópica existem contradições dentro das comunidades tradicionais. Com o passar do tempo parte dos seus membros podem ser seduzidos pela racionalidade econômica, no Cumbe, nosso exemplo empírico, existem duas associações, a quilombola, que luta pela conservação dos seus bens naturais, e a outra associação que sede às promessas do capital, mesmo que isso signifique sacrificar o ambiente em que vivem. Todavia, as comunidades tradicionais, inclusive o próprio Cumbe, mesmo com suas contradições, ainda são resistência contra a degradação de seus ambientes.

Krenak (2020), traz bons exemplos da diferença da racionalidade ambiental dos povos tradicionais e da racionalidade econômica. De acordo com o autor, a aldeia indígena Krenak fica na margem esquerda do rio Doce, e na margem direita desse rio há uma

serra, estes dois bens naturais para os Krenak são pessoas e possuem personalidades:

Aprendi que aquela serra tem nome, Takutrak e personalidade. [...] as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo “não estou pra conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas. (Krenak, 2020, p.18).

Neste exemplo, percebemos que a serra não é apenas um conjunto de minérios de valor econômico, ou uma simples paisagem turística, mas sim uma parte importante da vida dos povos indígenas, visto como um ser vivo. Krenak ainda traz o exemplo do rio que banha sua aldeia:

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico (Krenak, 2020, p.40).

Da mesma forma, uma de nossas entrevistadas, denominada *Intã*, quilombola do Cumbe, quando se refere à poluição hídrica pela carcinicultura, trata o rio Jaguaribe como um ente querido, dizendo que ele está doente e precisa ser cuidado, pois o rio é um ser vivo, e não um simples canal de água.

Tanto para Krenak quanto para *Intã*, o rio não é simplesmente um recurso hídrico, ele é provido de personalidade e é um ser vivo, assim como o ser humano. O fato dos povos e comunidades tradicionais terem essa racionalidade ambiental e tratarem os bens naturais como comuns, leva à sustentabilidade dos ambientes.

Como pudemos ver, os povos e comunidades se relacionam com os bens naturais do seu território de uma forma que leva à conservação desses. Isso se deve a ligação de suas vidas com os bens naturais de seu território. Evidentemente, que para isso, é imprescindível que os comuns estejam conservados para que seja mantida a reprodução social dessas pessoas.

É importante ressaltarmos que os povos e comunidades tradicionais além de contribuir com a atenuação da crise ecológica por meio da forma que se relacionam com os bens naturais dos seus territórios, como comuns, conservando-os, e desenvolvendo uma racionalidade ambiental, outra parte significativa dessa contribuição vem por meio de suas lutas para resistir ao avanço do capital, afinal de acordo com o que lemos em Alier (2017), Porto-Gonçalves (2017) e Leff (2006), se não fossem as diversas lutas travadas por esses povos por todo o mundo, ambientes que ainda temos conservados atualmente, provavelmente, já teriam sido degradados para atender aos desígnios do capital, aumentando os efeitos da crise.

Alier (2017) inclusive, considera que os povos e comunidades tradicionais, são os verdadeiros ecologistas, pois necessitam lutar pela saúde de seu ambiente quando este é ameaçado de degradação, caso contrário, seus modos de vida, culturas, e existências serão degradados.

Essas lutas das comunidades tradicionais em prol da conservação dos seus ambientes, diversas vezes são inevitáveis, pois é por meio destas que aquelas mantêm a autonomia que segundo Leff (2006 e 2015) é necessária para criar e recriar sua racionalidade ambiental, permitindo a não submissão às regras da racionalidade econômica. Além disso, acrescentamos que por meio dessas lutas são

construídos mecanismos de resistência para frear o avanço degradador do capital dentro de seus territórios.

O caso dos seringueiros da Amazônia, que segundo Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2017) lutaram e lutam para a proteção da floresta, é um exemplo da construção desses mecanismos de resistência. A luta destes povos levou a criação de uma modalidade de unidade de conservação, a reserva extrativista (RESEX), que inclusive serve até hoje como uma forma de garantir a proteção do meio de vida de outras comunidades tradicionais pelo Brasil. A importância da floresta para os seringueiros era tamanha, que alguns sacrificaram sua vida em prol dela, é o caso da liderança Chico Mendes, conhecido internacionalmente por sua luta pela floresta amazônica, e seu trágico assassinato para defender este comum.

Portanto, é evidente que as lutas destas comunidades em defesa de seus territórios são essenciais no combate à crise ecológica. A seguir traremos mais alguns exemplos dessas lutas ao redor do mundo.

Porto-Gonçalves (2017) menciona luta a favor da vida e contra a expansão capitalista nos vários setores da floresta amazônica envolvendo: os indígenas equatorianos nas províncias de Pataza ou no Parque Nacional de Yasuny; os indígenas bolivianos na defesa do TIPNIS¹⁴; e os indígenas amazônicos no Brasil.

Alier (2017) traz o exemplo das comunidades negras e de pescadores artesanais de Honduras, Colômbia, Equador e Guatemala que, na década de 1990, vendo a derrubada do mangue por empreendimentos de carcinicultura resistiram em prol da

¹⁴ Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure

conservação do manguezal, e de toda sorte de vida a ele inerente. Esta situação resultou, no caso de Honduras e Guatemala, em mortes de pescadores artesanais que se sacrificaram em prol dos manguezais.

Ainda de acordo com Alier (2017) lutas semelhantes aconteceram na Ásia envolvendo comunidades tradicionais de países como Bangladesh, Filipinas, e a Índia que também defendiam seus ecossistemas de manguezal. Nos dois primeiros a resistência das comunidades tradicionais contra o capital também levou à ameaça, e morte de lideranças comunitárias.

Por fim, com a discussão acima percebemos que as comunidades tradicionais contribuem no combate a crise ecológica tanto na forma que se relacionam com seus bens naturais, tratando-os como comuns, quanto quando lutam defendendo seus territórios dos avanços do capital.

Tendo a compreensão da relevância dos povos e comunidades tradicionais na defesa dos comuns, traremos agora o exemplo da comunidade do Cumbe, que inclusive possui lideranças que estão sendo protegidas pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH, devido as ameaças que sofreram ao defender os comuns de seu território.

A Comunidade do Cumbe e a luta em defesa dos comuns

O Quilombo do Cumbe é um exemplo de comunidade tradicional que luta pela integridade dos seus comuns, conservando assim o máximo que pode o ambiente em seu território. Segundo as leituras de Castro (2021), Nascimento (2014), por considerar os bens

naturais, terra, água, e manguezal, como comuns, o povo deste território luta desde a década de 1970, contra a apropriação capitalista dos bens naturais por parte de empresas particulares relacionadas à carcinicultura e produção de energia eólica, quanto por empresas público-privadas como o caso da CAGECE.

A primeira ameaça aos comuns do Cumbe deu-se com a chegada da CAGECE, em 1971. A empresa se instala com o objetivo de prestar serviços de abastecimento de água e, desde então, retira água do aquífero local, para abastecer várias localidades dos municípios de Aracati e Fortim. Inicialmente não é cobrada a água distribuída aos quilombolas, fato que muda logo em seguida, trazendo prejuízos financeiros para a comunidade. Com base no que relatam os moradores do Quilombo, essa retirada de água do aquífero, por parte da CAGECE veio afetando diversas fontes de água da comunidade.

Nossas nascentes eram muitas, tudo isso foi se acabando, com a CAGECE puxando tudo, [...] toda a água, áreas que eram alagadas, hoje são secas, [...] a chegada da CAGECE ela nos privou de todas as nascentes, todas as águas que nós tinha acesso [...] (*Intã*).

Parte dos mananciais do território secaram por conta da retirada contínua de água. Com o passar do tempo, a empresa passou a cobrar a água distribuída para a comunidade, transformando um bem natural, que anteriormente era de livre acesso, em uma mercadoria. Essa forma de enxergar a água como mercadoria vai contra a racionalidade dos quilombolas, pois, para esses a água é um bem de todos os seres vivos e deveria ser de livre acesso.

Água não é mercadoria, [...] ela é de um processo assim da natureza [...] para manter a vida, e aí quando você fala assim um preço, [...] isso é desumano quando você pensa a água como um mercado, como uma mercadoria, porque eu acho que a água ela é a essência da vida para todos [...] (*Intâ*)

Este conflito na forma de enxergar a água, gerou grande resistência por parte da comunidade.

[...] acho que foi na época de 92, 90 e pouco por aí a primeira vez que eles colocaram os medidores, aí começou a vim as contas altas, aí foi uma revolução [...] a turma não aceitou, pegaram os medidores e arrancaram os medidores todinhos, [...] estavam cavando para poder arrancar a geral que a geral que controlava, mas aí a polícia veio e não deixou [...] foi uma revolução grande, [...] aí eles não colocaram os medidores (*Guaiamum*).

Nos baseando na leitura de Fabrini (2007) e Scott (2011) a resistência não ocorre apenas em grandes agitações e no embate direto de forma organizada, ela pode, inclusive, ser cotidiana, indireta, e desorganizada, atos de insubordinação ao poder dominante e ações voltadas à sobrevivência são resistência. Outras estratégias de resistência realizadas pelo quilombo foram procurar alternativas a utilização da água da CAGECE, como a abertura de novos poços à procura de água doce, e a construção de cisternas para acumular água da chuva e diminuir o uso da água da companhia.

A segunda ameaça aos comuns do Cumbe surge com a chegada da carcinicultura na década de 1990. Conforme *Aratu quilombola* do Cumbe, os primeiros impactos causados pela carcinicultura, no território, foram a ocupação das áreas de salgado

e apicum¹⁵, e o cercamento do mangue para a construção dos viveiros de camarão, em seguida, as áreas de mangue foram desmatadas para a construção de novos viveiros. Isso gerou uma grande comoção da comunidade, pois, conforme a quilombola *Intã*, o mangue além de mantenedor da vida, é um lugar sagrado de encantarias, que transforma as energias ruins em energias boas, lar dos encantados do mangue, como o “Pai do Mangue”¹⁶ e o “batatão”¹⁷.

Após a construção dos viveiros de carcinicultura, segundo *Guaiamum*, quilombola do Cumbe, a água da despesca passa a ser despejada sem tratamento no rio, poluindo as águas, causando mortandade de peixes, mariscos, da vegetação de mangue, e das espécies que dela dependem, como o caranguejo.

[...] a poluição está aumentando porque eles [carcinicultores] estão usando mais produto químico para criar o camarão [...] isso aí tudo eles jogavam no rio. Muitas espécies que nós tínhamos no nosso rio aqui não tem mais, lá nas gamboas [braço de rio] tudo acabou porque eles não estão preparados para receber esses produtos químicos. (*Guaiamum*).

O uso do metabissulfito¹⁸, um dos produtos utilizados dentro dos tanques de carcinicultura, afetou diretamente as atividades produtivas do quilombo, causando a mortandade de várias espécies de animais. Com base no que lemos em Nogueira, Rigotto e Teixeira

¹⁵ Zona de transição do ecossistema de mangue.

¹⁶ Segundo os quilombolas essa entidade se apresenta como um pescador muito grande, com uma tarrafa imensa, no dia que ela está pescando, os pescadores devem cancelar a pescaria, pois a pesca do dia é da encantaria, pertence ao próprio mangue.

¹⁷ Bola de fogo que a noite corre atrás das pessoas que adentram muito no mangue.

¹⁸ Conforme Nogueira, Rigotto e Teixeira (2009), o metabissulfito é uma substância química utilizada durante a despesca do camarão, para inibir a proliferação de bactérias.

(2009), no Cumbe este produto químico afetou, especialmente, a população de caranguejo, reduzindo-a consideravelmente. Devido a este fato, os quilombolas atentaram para o quão perigoso pode ser este produto para a vida do seu território e sua própria subsistência.

Observando a devastação da vegetação de mangue no seu território, a poluição das águas e a mortandade de várias espécies essenciais para a subsistência da comunidade, o Quilombo organizou-se para resistir à nova ameaça, uma vez que seu ambiente e, consequentemente, sua sobrevivência, são colocados em perigo. Houve vários exemplos dessa resistência.

O maior movimento que nós começamos mesmo foi quando o caranguejo todo morreu na época de 99 até 2001/2002 nós ficamos sem caranguejo, aí foi quando a comunidade se alertou, [...] “rapaz, nós estamos perdendo nosso território, e nosso alimento agora”. Aí começamos o movimento, a denunciar, nós fizemos uma audiência na cidade, nós fizemos uma manifestação na praça pública da cidade [...] começamos a nos mobilizar [...] (*Guaiamum*).

Como resultado dessas ações de resistência, foi reduzida a poluição do rio e mangue, por parte da carcinicultura, diminuindo assim a mortandade do mangue e das espécies que dependem dele e das águas do rio, ademais tornou mais difícil a implantação de novos tanques de carcinicultura na comunidade. Além da resistência cobrando a diminuição da mortandade das espécies, houve resistência cobrando que houvesse o replantio do mangue:

[...] a gente fez uma resistência dentro de uma carcinicultura, a gente queria o replantio do mangue nessa área, porque foi uma grande perda muitas famílias tiravam a renda dali, ficamos ocupando lá 5 meses e a justiça dando causa ganha

ao carcinicultor, [...] a gente acabou perdendo a causa [...], mas teve essa ocupação (*Intâ*).

Com base em *Intâ*, até hoje ocorre a resistência, pois os quilombolas fazem vigílias constantes, observando o manguezal e as águas do território para que, caso haja alguma degradação, possam denunciar aos órgãos ambientais e à população em geral.

A formas de resistência foram inúmeras, desde resistências coletivas organizadas pelas lideranças da comunidade focadas no embate direto, unindo um grande número de pessoas como: a ocupação de tanques de carcinicultura; manifestações em praça pública; até resistências mais individualizadas e indiretas como: a vigília intensa com a denúncia constante aos órgãos ambientais, caso haja algum corte de mangue; até a realização do turismo comunitário para denunciar, para quem visita a comunidade, os impactos causados pela carcinicultura.

O Quilombo do Cumbe, por conviver em simbiose com o manguezal, sabe da grande importância deste para a manutenção da vida, não apenas no seu território, mas a importância mundial desse ecossistema, e tem consciênciia que sua luta serve também para conscientizar outras pessoas. Grande parte dos entrevistados trouxeram a visão da importância do manguezal para o mundo, não só na captação do carbono da atmosfera, mas também como berçário da vida marinha e como barreira contra enchentes.

Caso o Quilombo do Cumbe não possuísse a racionalidade ambiental que tem e não resistisse, é provável que as águas, o mangue, e as espécies que se encontram no território, enfim, o próprio ambiente estaria muito mais degradado do que se encontra atualmente e, possivelmente o mangue já estivesse completamente

morto, contribuindo para o agravamento da crise ecológica.

Outro conflito ambiental que os quilombolas enfrentam, está associado a presença da usina de energia eólica que, conforme Castro (2021), utilizou o discurso da sustentabilidade, empregado pela ideologia do desenvolvimento sustentável Oliveira (2019), para justificar a usurpação e degradação do campo de dunas do território tradicional. -

Este empreendimento ocupou grande parte do campo de dunas à leste da comunidade, e de acordo com Castro (2021) causou e causa diversos impactos ao ambiente. Com base em Santos (2014), em 2008 iniciou-se a construção da usina eólica na comunidade do Cumbe, totalizando 67 aerogeradores. A chegada da empresa na comunidade foi marcada pelo discurso do desenvolvimento sustentável, uma típica estratégia empresarial para justificar sua instalação. Mesmo com esse discurso a empresa não teve o apoio de toda a comunidade, contudo, foi implantada, pois tinha o apoio estatal.

Com base em Meireles (2011) houve soterramento das lagoas interdunares para a construção de estradas e implantação dos aerogeradores. Impactando profundamente no cotidiano da comunidade que utilizava essas lagoas não só para a pesca, mas também para atividades domésticas como a lavagem de roupa, e para o lazer.

Além disso, conforme Meireles (2011) e Moraes (2018), as terraplanagens e aterros realizados no campo de dunas móveis, para a construção das vias de acesso e implantação dos aerogeradores, influenciam no aporte de sedimentos, e têm grande probabilidade de interferir no nível hidrostático do lençol freático, alterando o fluxo de

água subterrânea e, consequentemente, na abrangência espacial das lagoas restantes. Por fim, outro dos principais problemas foi a privatização do campo de dunas, impedindo o seu uso livre e, consequentemente, o translado dos quilombolas para acessar o mar, interferindo na pesca marítima.

Os quilombolas resistiram à implantação da usina eólica desde o início. Houve mais de uma vez o fechamento de estradas, uma das vezes foi durante a construção da usina, tanto para a denúncia dos impactos ambientais quanto para a cobrança de compensações à comunidade.

Decidimos que na segunda-feira da semana que iniciava que retornariam os trabalhos a gente iniciava [o fechamento da via de acesso] por tempo indeterminado e nisso as pessoas concordaram e viram que era a única saída. [...] E nós ficamos por 19 dias fechando [a estrada] (*Aratu*)

A resistência coletiva rendeu algumas compensações à comunidade, como a recuperação de artefatos arqueológicos que se encontravam no campo de dunas, objetos que remontam à história do Quilombo, e a construção de um museu comunitário¹⁹. A recuperação das lagoas soterradas e a retiradas dos fios do campo de dunas, não estiveram entre os ganhos, todavia, a luta foi fundamental para que os quilombolas fossem ouvidos novamente.

Após a construção da usina eólica, ocorreu outro fechamento de estrada, onde os quilombolas cobraram o acesso ao campo de dunas que foi privatizado impedindo-os de usufruir das lagoas que restaram e de atravessá-lo para ter acesso ao mar. A resistência

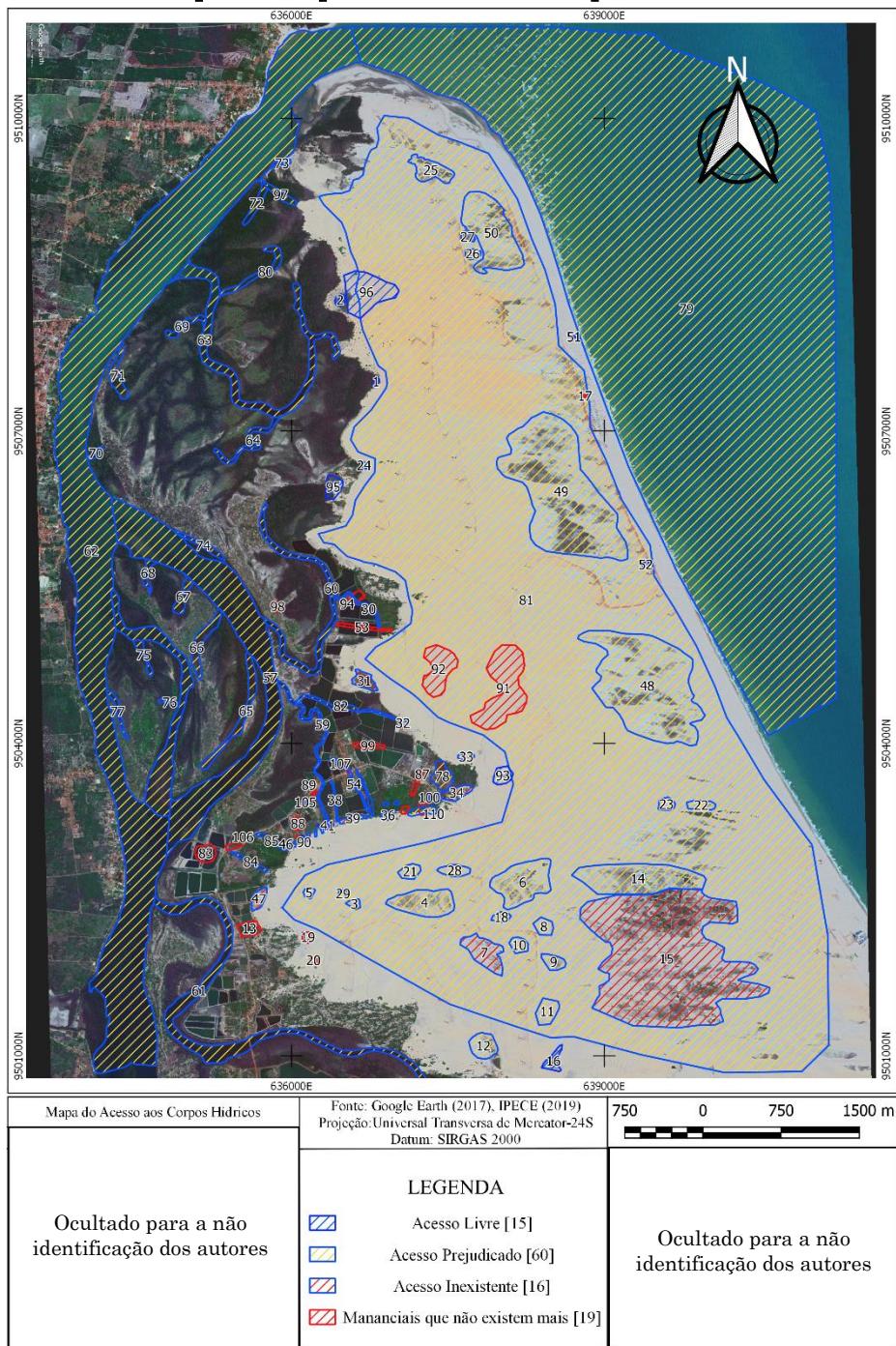
¹⁹ Por mais que atualmente a associação quilombola não tenha acesso a esse museu.

rendeu o acesso ao campo de dunas, permitindo que os membros da comunidade transitassem. Essa concessão veio com a condição de que, se ocorresse qualquer acidente dentro do perímetro da usina eólica, os quilombolas é que seriam responsabilizados e não a empresa. Desta forma, a comunidade pôde voltar a ter acesso, mesmo que parcial, às lagoas que restaram, e puderam continuar com sua prática tradicional de pesca marítima.

Como pudemos observar, o Quilombo do Cumbe tem uma relação de simbiose com seu ambiente, e por isso luta e resiste intensamente a qualquer atividade que possa degradar seus comuns. Dentre os comuns do território, a água ganha bastante destaque, pois, além da comunidade possuir uma relação estreita com esse bem, afinal, sua produção, cultura e lazer gira em torno dos mananciais do território, ele também é um dos comuns que mais é afetado pelos grandes empreendimentos, requisitando grande resistência por parte da comunidade para sua conservação.

Observando um dos mapas produzidos com a “Cartografia Social das Águas”, o Mapa 3 “Mapa de Acesso aos corpos hídricos”, e sua respectiva tabela, é possível compreender espacialmente os impactos, e a resistência referente aos mananciais do território quilombola.

Mapa 3 - Mapa do Acesso aos Corpos Hídricos



Fonte: Autores, 2021.

Como podemos observar no mapa, foram identificados 110 corpos hídricos. A minoria dos mananciais é de acesso livre (15), onde não houve nenhuma mudança percebida pelos quilombolas em relação ao acesso desde a chegada dos grandes empreendimentos. Contudo, a maioria é considerada de acesso prejudicado (60), ou seja, há algum entrave causado pelos grandes empreendimentos ou outras propriedades, que faz com que os quilombolas utilizem esse corpo d'água de forma parcial. Por fim, considera-se que houve impacto no acesso dos moradores às águas deste corpo hídrico. Há também os corpos hídricos de acesso inexistente (16), estes estão totalmente privatizados ou inutilizados para as práticas dos quilombolas, e os mananciais que não existem mais (19).

Neste mapa de denúncia, a maioria dos corpos hídricos do território quilombola foram impactados de alguma forma pelos empreendimentos capitalistas. Na maioria destes corpos hídricos impactados houve/há resistência quilombola, impedindo o agravamento deste impacto. No quadro seguinte, apresentamos mais informações de alguns dos corpos hídricos numerados no mapa anterior.

Quadro 1 – Acesso, Conflitos e Resistência nos Mananciais do Cumbe

Nº	Nome	Acesso (atual)	Conflito e Resistência (que ocorre e/ou ocorreu)	Ainda Existe?
3	Lagoa do Murici	PREJUDICADO – parte da lagoa está soterrada e os quilombolas ficam receosos de utilizá-la por causa da fiação do parque eólico.	Conflito: conflito com a usina eólica devido a privatização do campo de dunas. Resistência: houve resistência contra a privatização do campo de dunas.	SIM
34	Poços da CAGECE	INEXISTENTE – área foi privatizada pela CAGECE.	Conflito: privatização de uma área que possui em torno de 20 poços. Resistência: Existe resistência por parte dos moradores contra a privatização da água pela CAGECE.	SIM
57	Braço da Carnaúba (gamboa)	PREJUDICADO – acesso prejudicado devido a poluição da água pela atividade da carcinicultura.	Conflito: privatização da margem do rio pela carcinicultura e a poluição da água. Resistência: houve resistência contra a privatização e poluição da água.	SIM
59	Boca do Cumbe	PREJUDICADO – devido à poluição da água causada pela carcinicultura, e a privatização de parte da sua margem.	Conflito: houve conflito devido a privatização das margens da gamboa pela carcinicultura e por causa da poluição da água. Resistência: houve resistência contra a poluição da água.	SIM
62	Rio Jaguaribe	PREJUDICADO - devido ao assoreamento, a poluição da água gerada pela carcinicultura, e o derramamento de óleo no mar no ano de 2019.	Conflito: conflito devido a privatização da margem do rio; a poluição da água pela atividade da carcinicultura; e devido a poluição causada pelo derramamento de óleo em 2019. Resistência: resistência contra a poluição da água do rio, e luta para a construção de uma barreira no seu estuário afim de conter a poluição causada pelo derramamento de óleo.	SIM
79	Mar	PREJUDICADO – devido à usina eólica ter restringido o acesso pelo campo de dunas, e a poluição da praia pelo derramamento de óleo em 2019.	Conflito: conflito com a usina eólica para ter livre acesso à praia. Conflito com relação ao derramamento de óleo que atingiu as praias do Nordeste em 2019. Resistência: solicitação da construção de uma barreira na foz do rio (para impedir a contaminação da água pelo óleo), indenização devido o derramamento do óleo, e pelo direito ao livre acesso à praia.	SIM
81	Aquífero Jandaíra	PREJUDICADO – devido à privatização do campo de dunas pela usina eólica, a extração de água pela CAGECE e a carcinicultura.	Conflito: conflito com a CAGECE devido ao rebaixamento do nível do aquífero, conflito com a usina eólica para o acesso às lagoas, conflito com a carcinicultura salinização dos poços. Resistência: houve resistência em relação a extração de água pela CAGECE e para a utilização das lagoas no campo de dunas.	SIM
87	Levada dos Corrêa	INEXISTENTE – cercada e privatizada pela carcinicultura.	Conflito: cercamento e privatização causada pela carcinicultura. Resistência: luta pela regularização fundiária do território.	NÃO
97	Gamboa da Barra	PREJUDICADO - devido à poluição da água gerada pela carcinicultura.	Conflito: poluição da água pela carcinicultura. Resistência: prática do turismo comunitário, pesca, e luta pela regularização do território quilombola.	SIM

Fonte: Autores, 2021.

Através deste quadro, podemos constatar que, independentemente da categoria do manancial, desde o mar, rio, braço de rio, córrego, até mesmo, poço e aquífero, a resistência quilombola está presente, tanto para cobrar o acesso da comunidade a este, quanto para cobrar a conservação deste corpo hídrico.

Graças a luta constante da comunidade do Cumbe, em prol dos seus comuns a maior parte do mangue do território ainda está de

pé. Além disso, a luta também levou a uma diminuição considerável da poluição do rio Jaguaribe, na porção próxima ao seu estuário, bem como de suas gamboas, permitindo que muitas espécies de animais, que no início iam desaparecendo, devido a poluição, voltassem a crescer em número, permitindo inclusive que os quilombolas continuem utilizando-as como sustento.

Além disso, a luta constante também dificulta que novos tanques de carcinicultura sejam construídos, e que os já implantados voltem a poluir o rio e as gamboas na mesma intensidade de antes. Quanto a luta em prol do campo de dunas e aquífero, por mais que muitas dunas tenham sido compactadas, e parte das lagoas não possam ter sido salvas, a resistência quilombola, certamente, evitou que mais lagoas fossem destruídas. Ademais, através destes exemplos de resistência, o Quilombo do Cumbe mostra, aos possíveis futuros empreendimentos empresariais, que não será fácil invadir e degradar o território quilombola, pois haverá uma comunidade organizada e aguerrida para defender seu ambiente.

Considerações finais

Consideramos, portanto, que se não fossem os povos e as comunidades tradicionais, os diferentes ambientes em nosso planeta estariam ainda mais degradados do que estão atualmente. Afinal, apenas nesses poucos exemplos de resistência das comunidades tradicionais ao redor do globo, diversas áreas de manguezal e floresta amazônica, assim como as águas e numerosas espécies de plantas e animais, foram defendidas contra a destruição causada pela acumulação capitalista.

São os povos e as comunidades tradicionais que estão resistindo aos avanços das fronteiras de expansão do capital, pois tratam seus bens naturais como comuns e necessitam destes bens conservados para sua sobrevivência, sendo estes povos a última linha de defesa dos bens naturais frente à devastação causada por sua captação em forma de recurso e mercadoria para atender as necessidades do mercado.

A Comunidade Quilombola do Cumbe, é mais um exemplo da resistência dos povos tradicionais em prol da conservação do ambiente. Se não fosse a sua luta, certamente a qualidade da água, a saúde do manguezal e a riqueza da vida animal no território estariam muito mais debilitadas. A contribuição local do quilombo na luta global pelo planeta, não pode ser ignorada, da mesma forma que não podemos ignorar as contribuições locais das diversas outras comunidades mundo afora, camponeses, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas, entre outros, em prol, da conservação de seus territórios, pois seus esforços locais reunidos, certamente influenciarão no global.

Podemos concluir que os territórios tradicionais têm um importante papel na manutenção da vida no planeta, pois, na sua ausência a crise ecológica mundial estaria mais avançada, com seus efeitos, já preocupantes, ainda mais agravados, e difíceis de serem revertidos. Dito isto, queremos deixar claro que não pretendemos delegar aos povos e comunidades tradicionais a responsabilidade de encontrar uma solução para a crise ecológica. Contudo, acreditamos que as resistências dos diversos povos e comunidades tradicionais, entre elas as dos quilombolas do Cumbe, são parte imprescindível

dessa solução, e que muitas vezes seus conhecimentos tradicionais e lutas em prol da conservação de seus ambientes são subestimados.

O apoio da universidade com pesquisas que divulguem a luta desses povos e falem sobre a importância de seus conhecimentos, é essencial para que a população em geral possa reconhecer a relevância destes na luta pela conservação da vida no planeta, e inclusive, para que políticas públicas que fortaleçam sua autonomia, e contribuam com sua permanência em seus territórios, possam ser criadas.

A luta contra o capital é desequilibrada e injusta, além de aprendermos com a racionalidade ambiental desses povos, devemos dar suporte a eles, e participarmos de suas lutas na proteção de seus territórios, para que assim possamos defender o planeta do colapso ambiental que já está em curso.

Referências bibliográficas:

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de M. Waldman. São Paulo: Contexto, 2017.

ARÁOZ, Horácio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempo de ressaca. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; Pereira, Jorge Filho (Orgs). **Descolonizar o Imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

BRASIL. Decreto nº 6.040, do 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Povos e comunidades tradicionais presentes na unidade de conservação. In: **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**. Alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1985.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRO, Ariel Rocha Nóbrega de. **A Apropriação Capitalista da Natureza e os Conflitos pela Água no Território do Cumbe (Aracati/CE)**: Lutar e Resistir por um Bem Comum. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=104118>> Acesso em: 8 de março de 2024.

DIVIK, Einar. Number of threatened species and organisms on the IUCN Red List in 2023. **Statista**, 2024. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/269910/red-list-endangered-animals-2010-and-2000/#statisticContainer>>. Acesso em: 15 de out. 2024.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.10, n.11, p. 8-32, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1406/1387>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FEENY, David; BERKES, Fikret; MCKAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB - USP, 2001. p. 17 – 42.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx**: Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.15, n.1, p.41 -51, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWFWtHXHYMPKz5YtQB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GRZYBOWSKI, Cândido. Água: um bem comum. **Carta Maior**, 25 Mar. 2014. Disponível em: <<https://tratamentodeagua.com.br/artigo/agua-um-bem-comum/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: Do " Fim dos territórios" à Multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 396 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O capital**. Traduções de José Carlos Bruni, José Arthur Giannotti e Edgard Malagodi. 4. ed. São Paulo: Nova cultural, 1987. p. 35–62. (Os Pensadores, v.1).

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In:

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 79 – 95.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais. **Confins**, v.11, n.11, p. 1 - 27, 2011.

MORAES, Ciro Dandolini de. **Verificação e análise das metodologias de avaliação de impacto ambiental (AIA) de parques eólicos localizados na zona costeira do Brasil.** 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Energia e Sustentabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2018.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos:** as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Francisca Neuma Almeida; RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. **Revista Bras. Saúde Ocup.**, v.34, n.119, p.40 - 50, 2009.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geopolítica Ambiental:** A construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945 - 1992). Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

OSTROM, Elinor. Reflections on the commons: an institutional approach to the study of self-organization and self-governance in CPR situations. In: **Governing the commons:** the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1 – 55.

PORTE-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTE-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

QUILOMBO DO CUMBE. A Comunidade Quilombola. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em:
<https://quilombodocumbe.wixsite.com/quilombodocumbe/a-comunidade-quilombola>. Acesso em: 23 jun. 2025.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Alice Natajara Garcia. A energia eólica do litoral do NE do Brasil: Desconstruindo a "sustentabilidade" para promover a "justiça ambiental". **Heirich Böll Stiftung**. p. 1-18, 2014.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, p.217 -243, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SUERTEGARAY, Dirce. **Meio, ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; Pereira, Jorge Filho. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.140 -171

WMO (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION). **State of the global climate 2023**. Genebra, WMO,2024. Disponível em: <https://library.wmo.int/viewer/68835/download?file=1347_Global-statement-2023_en.pdf&type=pdf&navigator=1>. Acesso em: 20 de jun. 2024

WWAP (UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME). **The United Nations World Water Development Report 2014**: water and energy. Paris, UNESCO, 2014. Disponível

A IMPORTÂNCIA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO ENFRENTAMENTO À CRISE
ECOLÓGICA: O CASO DA COMUNICADE QUILOMBOLA DO CUMBE ARACATI/CE

em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225741>>. Acesso
em: 20 jun. 2024.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 05/08/2025